



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANYARA MEDEIROS DE BRITO**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NOS PARÂMETROS CURRICULARES  
NACIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**CAMPINA GRANDE  
2014**

**ANYARA MEDEIROS DE BRITO**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NOS PARÂMETROS CURRICULARES  
NACIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Pedagogia do Centro de Educação da  
Universidade Estadual da Paraíba em  
cumprimento às exigências legais para  
obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva

**CAMPINA GRANDE  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862g Brito, Anyara Medeiros de.  
Gênero, sexualidade e educação nos Parâmetros Curriculares Nacionais [manuscrito] : desafios e perspectivas / Anyara Medeiros de Brito. - 2014.  
42 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Valdecy Margarida da Silva, Departamento de Educação".

1. Psicologia sexual. 2. Identidade de gênero. 3. Sexualidade. 4. Educação. 5. PCNs. I. Título.

21. ed. CDD 155.3

ANYARA MEDEIROS DE BRITO

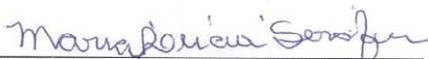
**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NOS PARÂMETROS  
CURRICULARES NACIONAIS: desafios e perspectivas**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Pedagogia do  
Departamento de Educação da  
Universidade Estadual da Paraíba  
em cumprimento às exigências  
legais para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 30/07/2014



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva / UEPB  
Orientadora



Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Lúcia Serafim / UEPB  
Examinadora



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francisca Pereira Salvino – UEPB  
Examinadora

Dedico este sonho concretizado, ao autor da minha vida e história, ao meu poderoso Deus, pois, mesmo em meio aos mais profundos desertos em que estive nunca permitiu que me sentisse só, sua presença sempre esteve muito viva ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, mãe, irmã, e avó materna que estiveram ao meu lado nos melhores e piores momentos de minha vida, incentivando e encorajando pra que um dia eu pudesse alcançar os meus ideais. Especialmente, a minha avó que hoje já não se encontra mais conosco, mulher de fibra, meu maior referencial de caráter. Sempre me incentivou na vida, apostando e lutando junto com minha mãe pelos meus estudos, verdadeiras amigas, companheiras e confidentes, que se doaram renunciando tantas vezes aos seus sonhos, para que, muitas delas, eu pudesse realizar os meus. E a você minha irmã, também minha eterna gratidão, por tantas vezes acreditar mais em mim que eu mesma, sempre me impulsionando com suas palavras de conforto nos meus momentos de desesperança; A vocês, mulheres de minha vida, que compartilharam os meus ideais e os alimentaram, incentivando a prosseguir na jornada, mostrando que o meu caminho deveria ser seguido sem medo, fossem quais fossem os obstáculos. Minha gratidão vai além de meus sentimentos, que Deus me conceda a graça de poder ser para vocês motivo de orgulho sempre.

Ao meu esposo Paulo Rangel, que tanto ouviu os meus desabafos; que presenciou e respeitou o meu cansaço; que partilhou este longo passar de anos, de páginas, de livros e cadernos; que fez meu mundo um mundo melhor; que me acompanhou, sorriu, sentiu, participou, aconselhou, e dividiu, sofrendo e vibrando; a sua companhia, os seus sorrisos, as suas palavras foram expressões de amor profundo. As minhas alegrias de hoje também são suas, pois seu amor, estímulo e carinho foram armas para essa minha vitória, peça essencial para meu quebra-cabeça amo-te com toda a força do meu coração.

Aos professores, em especial à minha orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva, que dedicou seu tempo e compartilhou suas experiências, meu agradecimento e profundo respeito. Seu olhar crítico e construtivo me ajudou a superar os desafios deste artigo, serei eternamente grata.

E aos meus queridos, Haydée, Walter, Miguely, Larysse e Daniele companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte de minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza. Amigos, sem vocês tudo teria sido muito mais difícil.

“Temos o direito a ser diferentes quando a  
igualdade nos descaracteriza; temos o  
direito a sermos iguais quando a diferença  
nos inferioriza.”

Boaventura de Souza Santos (1997)

## RESUMO

Esta pesquisa teve a finalidade de discutir as questões de gênero e sexualidade no âmbito da Educação Infantil. Para tanto, decidiu-se pela investigação bibliográfica do tema a partir de uma contextualização ligada aos estudos de teóricos com Altmann (2012), Frison (2008), Louro (2002), Scott (1998), Souza (2005) dentre outros pesquisadores e tem o objetivo de discutir as relações de gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Além disso, pretendeu-se verificar como a escola contribui para o processo de reprodução de papéis pré-determinados para meninos e meninas e que constitui na aprendizagem de um comportamento padrão referente a masculino e feminino que culmina na desigualdade entre os gêneros. Portanto, esse estudo se justifica pela relevância em discutir uma temática que sempre foi tabu e que não alcançava o espaço de sala de aula. Sendo assim, a proposta deste trabalho foi problematizar a situação de gênero e sexualidade no contexto da Educação Infantil.

Palavras-Chave: Gênero. Sexualidade. Educação. PCNs.

## **ABSTRACT**

This research aimed to discuss the issues of gender and sexuality in the context of early childhood education. For both, it was decided to literature search of the topic from a context linked to theoretical studies with Altmann (2012), Frison (2008), Blonde (2002), Scott (1998), Jones (2005) among other researchers and aims to discuss the relationship of gender and sexuality in the National Curriculum Parameters (PCN). Furthermore, we intended to check how the school contributes to the process of reproducing predetermined roles for boys and girls and is learning a standard regarding male and female behavior that culminates in gender inequality. Therefore, this study is justified by the importance to discuss an issue that has always been taboo and that did not reach the area of the classroom. Thus, the aim of this study was to discuss the situation of gender and sexuality in the context of early childhood education.

**Keywords:** Gender. Sexuality. Education. PCNs.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E SEXUALIDADE: REVISITANDO A LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
2.1	GÊNERO E SEXUALIDADE: SIGNIFICADOS EM CONSTRUÇÃO .....	14
<b>3</b>	<b>GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
3.1	SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E ESCOLA .....	21
3.2	O PAPEL DO EDUCADOR NO TRABALHO COM GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA .....	24
<b>4</b>	<b>GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PCNs .....</b>	<b>28</b>
4.1	A ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES .....	28
4.2	A ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	31
4.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR .....	33
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende discutir a questão de gênero e sexualidade no espaço escolar, bem como investigar como os educadores e educadoras da Educação Infantil tratam destas questões no cotidiano do ensino com seus alunos e suas alunas. A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, usadas nos exemplos mais corriqueiros, como "mulher não pode levantar peso" ou "homem não tem jeito para cuidar de criança".

Como vemos, a sexualidade e as condições de gênero estão ligadas a uma construção socio-histórica e que, por isso, precisa ser discutida pelo processo educativo desde a educação básica. Disso resulta que, discutir essa temática é um desafio que os educadores lançam à sua prática pedagógica, considerando a dificuldade em tratar desse assunto de maneira natural e objetiva.

Motivada por experiências pessoais, que me levam a constantemente estar buscando esclarecimentos para diversas atitudes que envolvem questões de gênero e sexualidade em meu cotidiano como educadora da Educação Infantil de uma escola particular de Campina Grande/PB, tracei um percurso teórico na área de gênero e sexualidade, partindo da hipótese de que a construção da identidade de gênero ocorre sob a influência do meio através do estabelecimento de papéis sociais para meninos e meninas, desde a fase inicial de sua escolarização.

Neste artigo, que se configura como um estudo de natureza bibliográfica e está embasado nas pesquisas desenvolvidas por Altmann (2012), Frison (2008), Louro (2002), Scott (1998), Souza (2005) dentre outros pesquisadores, tem o objetivo de discutir as relações de gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A partir de leitura de artigos científicos, livros, periódicos e sites sobre a temática, procurou-se analisar os PCNs no que diz respeito às orientações do documento sobre o trabalho com gênero e sexualidade na escola.

Nesta perspectiva, esta monografia está dividida em três tópicos, onde abordo os conceitos de gênero e sexualidade com base na literatura pesquisada, discuto a questão de gênero e sexualidade na escola e por fim, discuto a concepção de gênero e sexualidade presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que coloca a questão como tema transversal a ser tratado pela escola. Finalmente, foram tecidas algumas considerações finais sobre o tema em pauta.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi averiguar como a escola tem tratado a questão de gênero e sexualidade sob a perspectiva de combate às desigualdades de gênero de forma que a escola seja capaz de intervir com o intuito de contribuir para a formação de uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades.

É importante considerar que a Educação Infantil tem papel preponderante no processo de combate às desigualdades de gênero, já que constitui a base de formação do indivíduo. Sendo assim, é de fundamental relevância que a escola inclua no currículo escolar a temática de gênero e sexualidade com a finalidade de romper com a determinação de papéis relativos a condição de homem e mulher mantidos por um processo sócio histórico que coloca as mulheres em situação submissa ao homem.

A justificativa para elaboração desse tema está relacionada ao interesse pessoal em analisar a questão de gênero e sexualidade no espaço escolar pela atuação na Educação infantil permitir a observação de manifestações, tanto por parte dos educadores e educadoras, como por parte dos alunos e alunas acerca de um determinismo para comportamentos relacionados a cada gênero. Como, por exemplo, durante as brincadeiras observa-se o interesse dos meninos por um brinquedo específico que se convencionou ser próprio para o sexo masculino.

Vale salientar que discutir a questão de gênero e sexualidade no âmbito da Educação Infantil não é tarefa fácil e constitui um desafio para professores e professoras. Isso ocorre, pelo fato de que a sexualidade poucas vezes foi discutida abertamente como na atualidade. Porém o que permitiu que isso se tornasse possível foi os meios de comunicação que passaram a informar sobre as questões ligadas à sexualidade de forma clara e objetiva facilitando à escola tratar desse assunto de forma natural

## 2 GÊNERO E SEXUALIDADE: REVISITANDO A LITERATURA

A construção da concepção de gênero e sexualidade se dá através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto de instâncias sociais e culturais, num processo constante de inacabamento. Na atualidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditos são, muitas vezes, distintos. Nesta perspectiva de embate cultural, de acordo com Louro (2004), é necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos. No presente tópico, revisitamos a literatura para discutir o conceito de gênero e a relação entre gênero e sexualidade.

Um marco da luta pela igualdade de gênero está imortalizado na frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” de autoria de Simone de Beauvoir. Esse pensamento ganhou força no mundo todo e motivou as mulheres das mais diversas posições a utilizá-la como uma bandeira na luta pela igualdade de gênero.

Sobre o impacto da frase de Simone de Beauvoir, Louro (2008, p. 18) ressalta que:

De certa forma, pode ser tomada como uma espécie de gatilho provocador de um conjunto de reflexões e teorizações, exuberante e fértil, polêmico e disputado, não só no campo do feminismo e dos estudos de gênero, como também no campo dos estudos da sexualidade. A frase foi alargada, é claro, passando a ser compreendida também no masculino. Sim, decididamente, fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há nada de puramente natural e “dado” em tudo isso. Ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura.

Dados históricos apontam a década de 60 como início dos estudos de gênero em consequência das lutas que foram implantadas em prol da liberdade e igualdade de direitos entre os gêneros. Mais especificamente, no ano de 1968 alguns movimentos sociais são organizados com o fim de estabelecer uma democracia que libertasse diversos segmentos da sociedade da opressão de governos ditatoriais. Alguns exemplos dessa luta são: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *blackpanthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos da América (EUA); além da luta

contra a ditadura militar no Brasil. Esses movimentos abrem espaço para a organização de estudos em torno da questão de gênero, sobretudo pelo fato de as mulheres serem os indivíduos que mais sofriam opressão e que buscavam igualdade de participação social com os homens (GROSSI, 2014).

Louro (2008) afirma que o que estava implícito nestas lutas travadas na década de 60 era a necessidade dos grupos sociais, que se encontravam à margem da sociedade, de terem voz e poder falar por si mesmos e com isso apresentarem suas reivindicações. Na tentativa de viver com alguma dignidade, o que era negado, sobretudo às mulheres e aos negros. Com isso, os grupos dominados se uniram e se levantaram contra aqueles que os dominavam.

É, ainda, Louro (2008, p. 20) a afirmar que:

Esse tipo de luta requer “armas” peculiares. Supõe estratégias mais sutis e engenhosas. Talvez por isso a alguns escapem a força dos embates culturais. Mas os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os das minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual.

Até o surgimento dos movimentos sociais o que havia era a voz masculina e branca e isso era culturalmente determinado, não havendo chance às mulheres de expor suas vontades e ter participação em decisões importantes, sobretudo quanto à igualdade de direitos. Com isso, era estabelecido que o sexo feminino fosse um segundo sexo e que os gays, lésbicas e bissexuais eram, na verdade, pervertidos que tinham sua função sexual desviada.

No Brasil, o termo gênero foi utilizado a partir dos anos 80 quando os movimentos feministas se estabeleciam como forma de luta das mulheres por viverem em pé de igualdade com os homens. O uso desse termo como símbolo de luta permitiu que se afastasse a ideia de gênero somente pelo aspecto biológico e que fosse construída uma identidade de gênero tanto para homem quanto para mulher. Dessa forma, a definição de gênero tem ligação com as relações de poder, visto que homens e mulheres estão inseridos um no mundo do outro. Há diferenças entre homem e mulher, mas isso não determina que esse fato resulte em conflito, luta e desigualdade.

Portanto, gênero pode significar diversos elementos da relação de poder entre masculino e feminino; tais como valores, regras sociais, identidade, comportamentos, sentimentos e outros aspectos que estabelecem a convivência social (PRAUM, 2011).

Já Grossi (2014, p. 4) apresenta o surgimento do conceito de gênero como sendo influência dos norte-americanos:

O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria "gender" para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres". A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, usadas nos exemplos mais corriqueiros, como "mulher não pode levantar peso" ou "homem não tem jeito para cuidar de criança".

Nota-se que o determinismo biológico para a condição feminina e masculina sempre foi questionado quanto ao estabelecimento do conceito de gênero. Ao que parece, a afirmação de que certas atividades são específicas para homem e outras para mulher ofereciam maior contundência à superioridade masculina. É por essa razão que a definição de gênero está atrelada ao conceito de sexualidade, quando gênero diz respeito às diferenças de sexo num contexto social, de forma que não havendo a possibilidade de se viver sozinho, é determinante a existência de relações sociais entre os indivíduos, sejam eles homens ou mulheres, ou ainda, homossexuais e transexuais. É o que afirma Louro (2008) quando diz que: "quanto à diferença, é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação." (LOURO, 2008, p. 22). Além disso, essa autora ressalta que essa diferença entre os gêneros é criada por meio de processos discursivos e culturais e o modo que essa diferença é aprendida através das relações sociais.

## 2.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: SIGNIFICADOS EM CONSTRUÇÃO

Quando falamos em gênero, podemos abordá-lo em vários aspectos que se interligam, tais como: saberes históricos e educativos, linguagem, literatura, raça, direitos humanos, inclusão social, cidadania, educação, corpo, sexualidade, homens, mulheres, identidade, cultura, mídia, movimentos sociais, infância, saberes populares, entre outros. Para Louro (1995), além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das ciências sociais, o gênero despontava como uma importante categoria analítica para a História, em especial para a História da Educação.

De acordo com Louro (2002, p. 229):

[...] A educação está implicada, seja qual for a perspectiva que se assuma, num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais.

A definição de gênero iniciou-se, a princípio, com as estudiosas feministas defendendo a ideia de que o gênero vai muito além de fatores e concepções biológicas, que explicam as ações e comportamentos de homens e mulheres, compreendendo que existe, neste sentido, uma visão naturalizada, universal, onde não há possibilidades de mudanças, levando-nos a compreender as diferenças entre o masculino e o feminino a partir de suas particularidades físicas. Em se tratando das sociedades ocidentais, o que a biologia vem defender tem um grande peso, pois somos instruídos a tê-la como a ciência de estudo da vida e, portanto, o que afirma deve ter valor de verdade.

Para Louro (2008, p. 22):

É no debate do campo social, que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Nas últimas décadas, muito tem se discutido a respeito da temática gênero, enfatizando-a como uma categoria relacional, ou seja, que gêneros se definem na relação com o outro, e que articula-se com diversos tipos de relações sociais, entre eles, geração, raça, etnia, classe, profissão, sexualidade, de várias formas, indicando novas visões e perspectivas de interpretação em relação à condição humana.

Em meados do século XX, o movimento feminista instituiu os estudos sobre gênero, objetivando esta categoria para a análise e aprendizado das relações entre os sexos, mostrando o masculino e o feminino como construtos sociais e culturais, afirmando que o indivíduo não nasce masculino ou feminino, mas se torna feminino ou masculino, de acordo com os conceitos da sociedade e cultura para o corpo.

Além disso, o movimento feminista deu ênfase ao falar sobre as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, isto porque, para as suas representantes não existe uma definição natural para o comportamento masculino e feminino, mesmo tendo uma sociedade que impõe inúmeras maneiras social com base numa suposta determinação biológica diferencial entre os sexos, usadas nos exemplos mais corriqueiros, como “mulher não pode pegar em peso” ou “homem não tem jeito para cuidar de casa”.

O grande desafio é a desmistificação do pensamento de que o corpo feminino é o corpo sensível, cheio de afeto e emoção, e, sobretudo, desajuizado, composto por seios, cintura, quadris e vulva, sedutor, erótico, macio, móvel, insinuante, pronto para arrastar o homem para a perdição, representando a natureza, onde a missão é propagar a espécie, parindo.

Enquanto o corpo masculino é um corpo de profundo controle, sem sensibilidade, apagado, censurado, viril, rústico, livre de afetos, enrijecido, autocontrolado, fechado, onde o que deve ressaltar são os músculos e pelos que transpareçam força e potência, um corpo impenetrável no que se refere aos afetos, que o levem a amolecer, ou desvairar.

Para Jane Flax (1991), teórica feminista pós-moderna, a ciência busca esclarecimentos, com afirmativas “neutras” e “objetivas” no que se refere às relações sociais. Entretanto, o que encontramos na escola é uma ciência que nos leva a assimilar costumes e valores que vem desde a Idade Média, costumes esses que nos conduz para um modo de pensar e agir.

Existe o homem e a mulher, o feminino e o masculino, o machismo e o feminismo, suas lutas de poder, onde o homem categoriza, coordena, conduz, atua, e a mulher, por sua vez, opondo-se ao homem em seu próprio sistema de poder, onde não existe outro espaço de luta que não seja o de tentar ocupar o lugar do homem, invertendo os papéis, mas sem modificar o sistema de poder masculino.

Estamos habituados a ter o homem no centro de uma nação como um todo, envolvendo o sexo feminino e masculino. Porém, os estudos de gênero vêm apresentar que, em geral, a ciência e a cultura, estão enxergando a humanidade apenas pelo ponto de vista masculino, tornando o sexo feminino alheio em vários aspectos.

De acordo com Fernández (1994, p.11):

Só entre mulheres a linguagem lhes permite serem mulheres. Já desde pequenas, quando estavam entre meninas, eram nomeadas “as meninas”, mas, se chegasse algum menino no grupo, então elas desapareciam e se transformavam em “os meninos”.

É comum no Ocidente o tema gênero e sexualidade estarem ligados. Nesse sentido, Louro (1997, p. 77) afirma que gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”. Isso quer dizer que não é propriamente a diferença sexual – de homens e mulheres – que delimita as questões de gênero, e sim as maneiras como ela é representada na cultura através do modo de falar, pensar ou agir sobre o assunto.

E, nesta linha de raciocínio, a respeito da perspectiva teórica da problemática de gênero, segue abaixo citações de alguns teóricos a fim de adquirirmos uma melhor compreensão sobre a forma como assumimos nossa identidade, sendo ela feminina ou masculina:

Ora, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação (social) não seja nunca redutível ao puro biológico (HÉRITIER, 1996, p. 288).

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que

constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade.

A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivada. Ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 15).

A identidade de gênero está relacionada à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes (STOLLER, 1993, p. 28).

Como foi visto, pensar em gênero é superar a dicotomia entre o masculino racional, centrado e objetivo e o feminino desmiolado, sem cabeça, só corpo, só seios; sendo muito mais importante construir uma relação homem/mulher, uma vez que não existe indivíduo sozinho, independente de regras e de representações sociais. No entanto, nenhum indivíduo existe sem relações sociais; isto desde que se nasce.

E, nesse sentido, a maior luta do feminismo tem sido, desde o início, a conquista do poder sobre o próprio corpo por parte das mulheres, para que elas superem a relação alienada que mantinham consigo mesma, principalmente com seus corpos, que por sua vez são vistos como objetos dos outros.

A sociedade, em geral, sente a necessidade de uma reflexão sobre algumas práticas e formas de pensar, com o propósito de nos tornarmos pessoas melhores, capazes de construir novos tempos, melhores que este, conscientes de que para que se concretize, é imprescindível “abandonar os rótulos de machos e fêmeas”, e buscarmos serem, apenas, melhores seres humanos.

### 3 GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

É possível que as escolas estejam contribuindo para a produção de identidades de gênero com base em padrões culturalmente estabelecidos. Porém, para ter disso certeza é necessário que se faça uma análise precisa de como a educação brasileira lida com essa questão, de modo a reproduzir os modelos de convívio social entre homem e mulher a partir das relações de poder. Isso corroboraria para a afirmação de que a escola poderia está omissa quanto às situações de desigualdades existentes entre os diversos grupos sociais. A partir disso, poder-se-ia inferir sobre possibilidades de fazer a escola se transformar quanto ao seu modo de intervir em assuntos de natureza social a fim de contribuir para construção de uma sociedade mais democrática onde todos sejam, de fato, iguais.

Dessa forma, é necessário romper com a ideia de que essa é uma questão a ser discutida somente no campo social, já que é nesse âmbito que as desigualdades acontecem com maior impacto sobre a vida dos indivíduos. Mas, travado o debate tanto no espaço social como educacional, é preciso deixar estabelecido o fim das generalizações referentes ao gênero masculino e feminino.

Sobre essa questão, Louro (1997, p. 27) afirma que:

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

O que se pretende é uma transformação de pensamento acerca das questões de gênero a fim de incluir essa temática no âmbito educacional, de forma que os padrões para homem e mulher estejam distantes de funções pré-estabelecidas, que são arbitrarias às vontades dos indivíduos.

Diante disso, a escola não deve se isentar de trazer essa questão para seu meio com a finalidade de quebrar com o estigma de que contribuiu ao longo de sua construção para a reprodução de papéis sociais determinados tanto para homem quanto para mulher. Sobre esse assunto, Louro (1997, p. 57) enfatiza que:

Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Por muito tempo existiram escolas só para meninas e tinham a finalidade de preparar moças para o exercício de funções determinadas socialmente para mulheres. Estas mulheres eram habilitadas a realizar atividades manuais com o propósito de se tornarem “prendadas”. Essas escolas eram conhecidas como escolas normais. Já para os rapazes, existiam as escolas militares que preparavam os jovens a se tornar homens de bens e seguir um padrão social já determinado para sua condição masculina (LOURO, 1997).

Na Educação Infantil, a questão de gênero pode ser observada na diferenciação das brincadeiras. As crianças parecem saber de antemão quais brincadeiras são apropriadas para sua condição de menino e menina e não é de se estranhar que os adultos se surpreendam com a preferência, por exemplo, de meninos em brincar de boneca na companhia das meninas. Também às meninas pode ser negado o prazer em jogar futebol. Porém, convivendo em ambiente coletivo onde meninos e meninas podem escolher livremente o brinquedo e a brincadeira observa-se que o sexismo ainda não poluiu a mente das crianças que podem ser orientadas pelos professores (as) a brincar de forma natural com aquilo que lhe causa maior diversão (FINCO, 2003).

Mas, para que a escola possa contribuir para o fim de uma educação sexista é preciso que reconheça a sua participação na reprodução de papéis sociais determinados para homem e mulher, considerando que aquilo que é ensinado ou visto no ambiente escolar é internalizado pela criança e a acompanha por toda a vida.

Bíscaro (2009, p. 35) argumenta que:

A escola limita os espaços, ela impõe o que pode e que não pode, utilizando-se para isso de subterfúgios para instituir o que os meninos podem e o que as meninas podem; criando, com isso, já no interior da escola, distinções de agrupamentos nos mais diferentes contextos: no pátio, no refeitório, na sala de aula, nas brincadeiras legitimando desde cedo uma educação sexista geradora de futuras desigualdades e rivalidades.

A partir do exposto, encontra-se evidente a função da escola em reproduzir normas sociais contribuindo para que estas se firmem como naturais e sejam aceitas sem que os indivíduos tenham a chance de questionar. Pode-se dizer que a escola ainda exclui, mas não como antes aonde a exclusão era mais explícita. Hoje a forma de exclusão é menos aparente e denuncia alguns resquícios da educação tradicional que ainda pode existir no espaço escolar.

É ainda, Bíscaro (2009, p. 35) a destacar que:

É possível observar que a escola reproduz processos de discriminação social uma vez que, desde a fase jesuítica, a escola já separava os colonizadores dos índios, brancos e negros, meninos e meninas. Ao longo da história, tais normas foram sendo modificadas, outras apenas amenizadas, como o espaço escolar, para meninos e meninas, que hoje estão dentro do mesmo espaço físico sem, no entanto, partilhar das mesmas atividades. A escola ainda hoje exclui, de maneira mais velada, com atitudes, linguagens, critérios que acabam por reproduzir identidades voltadas ao sexismo.

A escola precisa se preparar para atender a um número cada vez maior de indivíduos diferentes que lhe alcançam na atualidade. Hoje a escola recebe diversas etnias, raças e crenças. Para cumprir com sua função de formadora de cidadãos, é preciso que os educadores (as) se conscientizem da importância de contribuir para a constituição de uma sociedade igualitária aonde a diversidade seja aceita de forma natural e justa. Com isso, a condição de gênero e sexualidade ganhará destaque no âmbito da educação e possibilitará que os indivíduos formem uma identidade de gênero conforme suas inclinações subjetivas e não por determinismos culturais.

### 3.1 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E ESCOLA

Ao longo da história ocorreram mudanças de comportamentos e crenças relacionadas à sexualidade. Em diferentes culturas, a sexualidade foi se tornando questionável por todos os campos do conhecimento e o que inicialmente foi encarado como natural, posteriormente foi tido como anormal e inclusive passível de tratamento clínico, como a homossexualidade que era considerada uma doença.

Supõe-se que este conhecimento possui um destaque mais do que importante frente ao processo de desenvolvimento a partir do ensino aprendizagem efetivo, as relações entre os processos de mudança e de ensino aprendizagem devem colaborar para a reflexão sobre outras formas de organização social e como a escola deve agir no mundo atual para produzir mudanças nas normas “modelo” através da produção de conhecimentos que nos leve a uma vida digna sem discordância nos campos sociais.

O professor é mediador e organizador do processo pedagógico, favorece a visão de conjunto sobre a situação e propõe outras fontes de informação, colocando o aluno em contato com outras formas de pensar (MEIRELLES, 1997, p. 83).

Tendo a concepção de que a sexualidade é encarada de distintas formas, dependendo sempre da época e do povo a quem estamos nos referindo, pois a modernidade vem mudar a maneira das pessoas enxergarem a sexualidade, levando cada geração a ter em mente um novo conceito sobre ela. Cada população acompanha sua cultura e, assim, vive seus preceitos; como por exemplo, na Grécia Antiga onde era comum encontrar a bissexualidade e na Grécia Clássica prevalecia a autonomia da razão, da reflexão crítica e a personalidade livre, onde a homossexualidade e a bissexualidade eram socialmente acatadas. Já indo por outro lado, temos os exemplos dos Hindus e os Arianos, povos que tinham a mulher como a chefe da família, por ser ela a responsável por gerar a vida.

No século XVII, a sexologia aparece com sua influencia, desviando os costumes religiosos sobre os costumes sexuais, contribuindo com a religião através de seus estudos. A partir dos movimentos de luta e das revoluções referentes ao trabalho, as mulheres passaram a demonstrar o desejo de exercer uma profissão e

se libertar da função exclusivo de dona de casa e disso surge a necessidade em assumir seu papel perante a sociedade. Contudo, podemos perceber que cada época tem uma série de descobertas relacionadas à sexualidade, pois cada geração se apropria da herança cultural dos antepassados, ao mesmo tempo em que firma mudanças.

O movimento feminista se dividiu em duas ondas, segundo historiadores: a primeira onda foi denominada movimento sufragista, buscando o direito do voto às mulheres, agregando muitas outras reivindicações como: o direito à educação, condições dignas de trabalho, exercício da docência. Na segunda onda, a meta era colocar as mulheres, seus interesses, necessidades e dificuldades em discussão.

Em meados do séc. XIX, as mulheres tomaram uma decisão que mudaria a história, elas foram aos poucos ocupando espaços nas escolas e hospitais, locais estes, administrados na maioria das vezes por homens, após esse passo feminino, foram colocados em discussão seus interesses, necessidades e dificuldades. Tais estudos levantaram dados que antes não havia, conhecimentos que forneceu estatísticas sobre as condições de vida de distintos grupos de mulheres, que apesar de exercer seu direito de trabalhar, ainda encarava muitas restrições.

As abordagens feministas se opõem às vertentes que enxergam o corpo apenas como um construto biológico universal para teorizá-lo como uma composição sociocultural e linguística, produto e resultado de relações de poder, a concepção de gênero abrange todas as formas de construção envolvidas em circunstâncias que diferenciam mulheres de homens e distingue, privilegiando o exame das etapas de construções biológicas, comportamentais e psíquicas percebidas entre homens e mulheres. Enfatizar o caráter fundamentalmente histórico, social, cultural e linguístico do gênero não significa negar que ele se constrói com corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuados. Desse modo, quando discutimos a produção de diferenças e desigualdades de gênero, deveríamos de algum modo, fazer uma análise dos processos sociais mais amplos que discriminam sujeitos diferentes em função de seu gênero.

Compreendendo amplamente a educação, vemos que ela é um dos processos mais eficazes na formação das identidades de gênero e sexual. Nas sociedades, os inúmeros artifícios educativos existentes têm como principal objetivo

formar os sujeitos, onde de maneira consciente e até inconsciente os molda de acordo com as normas sociais.

Justifica-se, assim, a importância do tratamento de questões relacionadas às relações de gênero e diversidade sexual durante o processo de ensino aprendizagem, pois a escola não pode mais simplesmente encaminhar para outra instância ou marcar horário para tratar destas questões. É de sua competência se aprofundar nas compreensões científicas construídas ao longo dos tempos e, através de discussões e reflexões, dar oportunidade à mudança de postura a todos os indivíduos envolvidos na educação. No entanto, percebe-se que o/a educador/a não tem, ainda, uma formação que dê conta da complexidade que é essa questão e, dessa forma, não possui qualificação necessária para trabalhar as questões de gênero em sala de aula, se limitando a dar conta dos seus conteúdos disciplinares, como se a educação só se restringisse ao conteúdo específico de cada área do conhecimento.

Constata-se que somente a partir dos movimentos feministas e os movimentos sociais ocorre à redefinição e a ampliação não só de sentidos educativos, mas, também, políticos. Que temas como corpo, sexualidade, maternidade, relações afetivas e muitos outros assuntos, pudessem ser problematizados a partir deles.

Na opinião de alguns educadores/as, os movimentos feministas proporcionaram liberação no mercado de trabalho, ocasionando a ausência do lar e problemas educacionais. Estas considerações são lançadas para demonstrar os aspectos negativos da luta das mulheres em ter igual participação nos eventos sociais dominados pelos homens. Tanto é assim, que há a suposição de que a participação das mulheres no mundo do trabalho as levam a abandonar a educação de seus filhos, o que poderia caracterizar o pressuposto de que essa é tarefa exclusivamente feminina e que os homens estão isentos de responsabilidade sobre a educação dos filhos.

É possível que o princípio de que os cuidados com a educação dos filhos e com o lar seja função feminina tenha sido construído historicamente, já que a mulher era vista como o símbolo da fertilidade, sendo considerada a matriarca. A concepção era considerada cósmica, excluía-se a participação do homem. Neste sentido, até os dias atuais vemos este comportamento predominando.

Com o passar dos tempos a mulher tem conquistado espaço em vários campos, principalmente nos que estão relacionados ao mercado de trabalho, educação e política. Espera-se da educação que ela deixe claro que ambos os sexos, homens ou mulheres, têm iguais direitos e deveres, abandonando o preconceito e a discriminação ao realizar a abordagem. Ao observar tais circunstâncias se torna fundamental que o docente tenha uma prática pedagógica que efetivamente colabore para o progresso de uma educação igualitária.

### 3.2 O PAPEL DO EDUCADOR NO TRABALHO COM GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Louro (2007) vem chamar a atenção para o modo com que os educadores enxergam e enfrentam a discussão da sexualidade, pois muitos têm a opinião de que, se deixar de tratar esses “problemas”, a sexualidade ficará ausente da escola.

É na escola onde os sujeitos aprendem a reconhecer suas posições na sociedade, pois através de estratégias a instituição não copia ou repercute as concepções de gênero e sexualidade que cercam a sociedade, mas ela própria as fornece.

Quando constantemente pensamos ou até quando nos referimos aos gêneros feminino e masculino (meninos e meninas ou homens e mulheres) na forma masculina contribui para uma superioridade de um gênero sobre o outro. A expressão no masculino não é uma reprodução da realidade, ou seja, a opção por tratar os indivíduos no masculino serviu para designar a única classe na terra que raciocina e que possui intelecto. Assim sendo, aconselha-se que os/as educadores/as fujam do tratamento direcionado à um sexo, evitando assim situações embaraçosas frente aos alunos, como também maiores constrangimentos, afim de buscar caminhos para mudar a realidade.

Nesse sentido, Sabat (2007, p. 149) argumenta que:

A escola relata que ao analisar os diferentes conceitos de gênero e ao se dispor em discutir a produção de diferenças e desigualdades de gênero, também está ou deveria estar, de algum modo, fazendo uma análise dos processos sociais mais amplos que marcaram a discriminação de diferentes sujeitos, em função tanto de sua

identidade de gênero quanto em função de articulações com a raça/etnia, orientação sexual, religião, aparência física, entre outras. Demandando, assim, uma ampliação e complexificação não só das análises que precisamos realizar, mas ainda, uma reavaliação profunda das intervenções sociais e políticas que seriam necessárias e de acordo com a realidade executá-las.

As questões relacionadas a gênero e sexualidade, são socialmente construídas com o passar do tempo, conseqüentemente, podem ser transformadas e para isso a escola enquanto instituição educadora tem nesse sentido um papel essencial.

Apesar de tantas mudanças que acontecem junto à modernidade que cada vez vem quebrar mais e mais paradigmas refletidos na sociedade e na cultura ao longo da história, ainda existem preconceitos com relação ao sexo (homem/mulher), cor da pele, opção sexual, e até quanto ao corpo ideal, preconceitos esses, frutos de construções sociais ideológicas para justificar o poder. A mulher não deixou de ser mulher e sim acumulou tarefas e responsabilidades do lar, e estes exemplos podem ser formas pelas quais se reconhecem e se distinguem as desigualdades de gênero exercidas pela sociedade.

Considerando que constantemente nos deparamos com situações em que o homem exerce o poder sobre a mulher, é imprescindível pensar e repensar na maneira de como esses papéis estão sendo passados, principalmente nas abordagens durante o processo de ensino aprendizagem.

A abordagem é polêmica e, devido ao preconceito existente na sociedade vigente, bem como falta de respeito, prostituição, aliciamento de menores, entre outros, existem pais que não aceitam que a sexualidade seja tratada na escola devido as suas culturas, religiões, costumes, entre outros e não visualizam que a família mudou, não é mais a mesma, ocasionando grande preocupação entre os/as professores/as ao trabalhar o assunto, devido à diversidade de sujeitos em uma sala de aula.

o trabalho de orientação sexual desenvolvido pela escola deve diferenciar-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão de valores morais indissociáveis à sexualidade (SAYÃO, 1997, p. 113).

O tema sexualidade deve ser abordado continuamente, de modo sistemático, corajoso, honesto, transparente e voltado para a crítica dos modelos de desigualdades sexual, de gênero, de etnia/raça, de geração de classe, de religião, entre outros. Após discussões as/os educadoras/es reconhecem que a educação sexual precisa ser discutida, sobretudo quanto as marcas da identidade do sujeito exposto à exclusão, sexismo, homofobia, discriminação e preconceito.

Nesse contexto, a proteção aos direitos sexuais e reprodutivos de indivíduos jovens e adolescentes revela centralidade, inserindo-se à necessidade de dominação dos processos de intolerância quanto à diversidade de orientação sexual que, em algumas situações tornam-se tão atroz, que acabam coagindo os jovens homossexuais a uma vida de angústia e exclusão.

Portanto, a aprendizagem e a reflexão das temáticas e métodos possíveis de serem desenvolvidos nas distintas disciplinas escolares expandiram-se nos diversos horários da rotina, sendo um desafio tanto para o pedagogo como para o professor que tantas vezes encontra-se despreparado, como também, dispondo de pouco tempo para o estudo dos conteúdos já planejados e registrados em seu plano de trabalho.

No que se refere à forma de abordagem da temática alguns/mas professores/as tem que sair de seu conteúdo para trabalhar outro não elaborado e/ou planejado não previsto nesta disciplina, porém, para que essa realidade se aplique ao cotidiano e tenha o êxito esperado, seria necessária uma capacitação relacionada aos temas debatidos em nas semanas pedagógicas e DEB, com palestras de profissionais capacitados, afim de que esses momentos não sirvam apenas para cumprir uma obrigação imposta, desenvolvido incorretamente, mas que seja um momento rico de trocas de conhecimentos, abrangendo os assuntos nas disciplinas. Entretanto, ainda é imposto aos professores de disciplinas de ciências e biologia e as demais disciplinas quando convier um planejamento dentro do plano docente.

As dificuldades em relação à temática de gênero e sexualidade começam no despreparo dos docentes, que não recebem no período em que estuda nas instituições de ensino superior, a formação apropriada para trabalhar o tema e passam pelo receio das famílias pela presente cultura relacionada à sexualidade.

Bem como, quando alguma informação sobre o tema é passada, ela é superficial de maneira que não transforma comportamentos.

Nas escolas, é comum a presença de uma diversidade de sujeitos, cada um com uma religião, etnia, orientação sexual, nível social, entre tantas outras diferenças, todavia, as instituições encontram-se despreparadas para desenvolver satisfatoriamente os temas transversais, como o tema sexualidade, visto que os profissionais encontram-se despreparados. É fundamental que o Estado atente-se para a necessidade de preparação aos docentes. Sobretudo, o profissional da educação sexual deve estar despido de qualquer tipo de preconceitos e/ou discriminação, para que seu trabalho não venha obter resultados contrários ao esperado.

De acordo com Silva e Soares (2007, p. 89), “as representações da sexualidade na juventude e os mitos que perpetuam determinados padrões sexuais resultam na impossibilidade de a escola conviver com diferentes contextos culturais”.

A escola precisa desenvolver ações que valorizem as diferenças entre os gêneros, classe social, etnias, entre outros, destaca-se a importância de tornar a discussão a respeito da diversidade sexual como algo tranquilo e de fácil interpretação, sendo necessário criar o hábito da discussão e tomar cuidado com as entrelinhas e as diferenças.

Pois de acordo com Sayão (1997, p. 112):

A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade.

Ao não identificar essas tantas expressões, percebemos que é como se a escola concedesse o pedido, mesmo ciente de que seria inviável atendê-lo, de que os alunos ao adentrarem tenham de deixar sua sexualidade fora dela.

Sabemos que a homossexualidade não deve ser recriminada em sala de aula e que professores/as devem tentar socializar esses alunos evitando discriminá-los e esclarecendo o processo histórico da sexualidade, reconhecendo a importância da escola colocar o conhecimento construído ao longo dos tempos pelas civilizações, como forma de superação de atitudes pedagógicas ultrapassadas.

## 4 GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PCNs

Como vimos, é papel da escola garantir que meninos e meninas mantenham livremente um diálogo sobre sexualidade, indo, assim, muito além das fronteiras disciplinares das instituições educadoras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) incluíram o assunto como um de seus temas transversais a serem abordados na escola. A indicação contida nos PCNS é que a orientação sexual seja tratada de forma natural pela escola levando em consideração que esse fato trata-se de questão de saúde e inerente à vida humana (BRASIL, 2001).

Assim sendo, será papel da escola levar o tema sexualidade para a sala de aula, onde os profissionais que tratarão da temática de forma didática poderão utilizar o lúdico através de momentos de brincadeiras, danças e músicas, o que proporcionará uma boa aplicação da proposta.

Os PCNS indicam, além do trabalho dos educadores/as, a participação de profissionais psicólogos, sociólogos, biólogos, historiadores, antropólogos e médicos no processo de ensino aprendizagem, onde juntos eles possam formar equipes de trabalho multidisciplinar envolvidos com profissionais da Educação para a realização do trabalho de orientação desse tema transversal; bem como manter a atenção, o cuidado e a prevenção das famílias sobre os aspectos da sexualidade infantil.

Em vista disso, neste tópico serão discutidos a sexualidade e o gênero na Educação Infantil com base no que indica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

### 4.1 A ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Conscientes de que as temáticas de corpos, gêneros e sexualidade estão presentes no cotidiano escolar, seja nos momentos de separação das filas de meninos e meninas, nos namoros pelos diversos ambientes da escola e até nos comentários sobre as colegas que engravidaram na adolescência, vê-se a necessidade em inserir no currículo escolar esses temas, devendo discuti-los e problematizá-los nas escolas.

Sabemos que o currículo escolar não é apenas um catálogo de conteúdos a serem trabalhados ao decorrer do ano, onde o educador deve finalizá-lo a todo custo, ou a avaliação, provas, trabalhos e distribuições de horários. Por sua vez, o currículo, também, não está comprometido com a transmissão de conteúdos, mas sobretudo com a formação de sujeitos.

O currículo, portanto, não é e não deve ser neutro. Deve estar envolvido em relações de poder e nos ensinando posições, gestos, formas de se dirigir às outras pessoas (às autoridades, ao sexo oposto, às outras raças), nos fixando como indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos. Dessa forma, o currículo é entendido como qualquer outro artefato cultural ou até como qualquer outra prática cultural, pois o mesmo participa da nossa formação enquanto sujeitos.

Segundo Silva (2003, p. 195):

Como qualquer outro artefato cultural, como qualquer outra prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos. O currículo não é, assim, uma operação meramente cognitiva, em que certos conhecimentos são transmitidos o sujeito dados e formados de antemão. O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré existia à linguagem, ao discurso e à cultura. Em vez, disso, o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos- e sujeitos também muito particulares, sujeitos de uma sexualidade.

A escola, por sua vez, mantém seu currículo e vem desempenhando um papel de evidência na formação dos corpos, gêneros e sexualidade, construindo sujeitos sexuais. Ribeiro (2007, p. 8) destaca que:

Compreendemos a sexualidade não apenas como materialidade biológica, universal e enfocada na genitália, mas sim como construção histórica, cultural e social, que articula saberes e poderes para o governo do sexo através dos corpos e das maneiras de as pessoas viverem seus prazeres.

Assim, para Weeks (1993, p. 21), não podemos esperar entender a sexualidade observando simplesmente seus componentes 'naturais'. Esses só podem ser entendidos e adquirir significado graças a processos inconscientes e formas culturais.

Por ser um espaço sexualizado, genericado como qualquer outra instância social, deve colaborar para os debates referentes à sexualidade. A partir da preocupação por parte dos professores com o crescimento da gravidez indesejada entre jovens e adolescentes e com o aumento dos números de contaminação de DST/AIDS em meados dos anos de 1980, é que os trabalhos na área da sexualidade se expandiram. Visto que essas temáticas só eram discutidas no âmbito privado. Isto é, debater com os jovens sobre sexualidade e/ou DST era papel exclusivo da família, que tantas vezes preferiam não tocar no assunto por constrangimento.

Para Louro (1998, p. 86), a sexualidade, não há como se negar, é mais do que uma questão pessoal e privada, ela se constitui num campo político, discutido e disputado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais - contribuíram para que essa temática pudesse estar sendo discutida no currículo escolar. De acordo com esse documento

por essas questões tratem de questões sociais, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma área, isoladamente, seja suficiente para abordá-los (BRASIL, 1998, p. 36).

Os PCNS vêm propor que a orientação sexual, seja discutida nas instituições escolares, mas não apenas em uma disciplina específica, instituindo uma voz autorizada, mas como um tema que perpasse todas as áreas do saber, sendo debatido, dessa forma, nos mais diversos momentos e nas diversas disciplinas.

A instituição educadora com seu currículo tem uma função importante na construção de identidades, sejam elas sexuais, de gêneros, de raça, dentre outras, sendo um dos principais espaços para as discussões sobre questões relacionadas à sexualidade. Portanto, todos os profissionais envolvidos com a formação do currículo escolar têm a responsabilidade de discutir e problematizar as situações que envolvem corpos, gêneros e sexualidade nas escolas.

Jacoby, Nogueira, Correia e Silva (1999, p. 91) salientam que “todos que lidam com os alunos no espaço escolar são educadores”. Continuando nesta linha de raciocínio, consideramos que numa escola a equipe pedagógica em seu total, incluindo, inclusive, a equipe diretiva, deve estar preparada para questões

relacionadas à sexualidade, questões essas presentes em um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Orientação Sexual. Cabendo à escola e não mais, apenas, à família, aprimorar sua atuação reflexiva e educativa que eleve a saúde das crianças e dos adolescentes.

Cientes da existência e importância do Projeto Político Pedagógico em uma instituição de ensino, entendemos a necessidade de ter profissionais capacitados para exercer a função destaque que é ser articulador de um “PPP”; mediando, promovendo e incentivando os processos de ensino-aprendizagem nas diversas circunstâncias de aquisição do conhecimento.

#### 4.2 A ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Constantemente, temos presenciado situações em que o conceito de gênero é utilizado de formas distintas, tantas vezes equivocada e corriqueira. Diversos trabalhos mostram a concepção de gênero como sinônimo de papéis sexuais, estereótipos sexuais ou de identidades sexuais. Encontramos um exemplo desse tipo de concepção ao ler o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1999, p. 17-20), que declara que por volta dos cinco e seis anos a questão de gênero ocupa papel central na construção da identidade e que ocorre uma separação espontânea entre meninos e meninas. É nítido nesta afirmação um ponto de vista essencialista, através da naturalização dos comportamentos de ambos os gêneros, visto que meninos e meninas têm suas construções históricas sociais e culturais desconsideradas, que levam a este tipo de situação.

Assim sendo, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1999, p. 42) parece não estar preocupado em considerar as discussões mais atuais na área dos estudos de gênero, uma vez que se refere ao conceito de papéis, estereótipos, identidade sexual e gênero, sem a devida problematização:

Mesmo quando o ambiente é flexível quanto às possibilidades de exploração dos papéis sociais, os estereótipos podem surgir entre as próprias crianças, fruto do meio em que vivem, ou reflexo da fase em que a divisão entre meninos e meninas torna-se uma forma de se apropriar da identidade sexual

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - Temas Transversais (BRASIL, 1997), por sua vez, vem com o objetivo de acrescentar às discussões as questões relacionadas à sexualidade no cotidiano escolar. Além disso, traz à possibilidade de “manchar” as fronteiras disciplinares, isto é, o documento acima citado vêm com a proposta de trabalhar a sexualidade nas diversas extensões do conhecimento, considerando a colaboração das diversas disciplinas. De acordo com esse documento (BRASIL, 1997, p. 36):

Experiências pedagógicas brasileiras e internacionais de trabalho com a orientação educacional têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua e integrada, uma vez que seu estudo remete à necessidade de se recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber.

Para Ribeiro (2002, p. 74):

O discurso biológico tem ocupado um espaço privilegiado em relação a outros, visto que em muitos programas de educação sexual, manuais, livros, guias de educação sexual, como também no tema transversal Orientação Sexual (PCN) a sexualidade está prioritariamente vinculada ao conhecimento anátomo-fisiológico dos sistemas reprodutores, ao uso dos métodos anticoncepcionais, aos mecanismos e à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS.

Neste ponto de vista, a sexualidade é tida como uma condição biológica, compartilhada por todos independente de sua história, cultura e sociedade, da qual fazemos parte, se tornando, assim, universal e vivida igualmente por todos. Para Louro (2000), a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura. Nessa ótica, as identidades sexuais deixam de ser concebidas como meros resultantes de “imperativos biológicos” e passam a ser entendidas como constituídas nas relações sociais de poder, em complexas articulações e em múltiplas instâncias sociais (LOURO, 2000, p. 67).

Sendo a escola uma instância social, onde as identidades de gênero e sexualidade também são formadas como qualquer outra instância social considerou, então, que a mesma pode cooperar para discussão de perspectivas relacionadas à sexualidade, nas mais variadas disciplinas, e ao longo de todas as argumentações pedagógicas da escola, pois os temas corpo, gênero e sexualidade, estão presentes no currículo escolar.

#### 4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

Para Braghirolli et al (1997), o comportamento é algo que pode ser aprendido e que é a partir de treino e estímulos específicos que pode ser assimilado. Partindo do pressuposto de que a questão de gênero é uma construção que pode ser aprendida através do estabelecimento das relações do indivíduo com o meio ao qual pertence, pode-se deduzir que a escola está repleta de aprendizagem referente às funções determinadas para meninos e meninas e isso pode ser identificado nas brincadeiras que são apresentadas às crianças durante a Educação Infantil.

De acordo com Louro (1997), a educação brasileira tem um histórico de exclusão, tanto que havia espaços separados no ambiente escolar para meninos e meninas. Porém, isso tem causa na influência que os costumes e normas adotados pela sociedade moderna e a influência que exerceram sobre a escola.

Contudo, Procópio (2004) diz que essa diferenciação de gênero não acontece só na escola. A família assimila os papéis que devem ser assumidos por meninas e meninos e que são predeterminados pelo processo histórico cultural de um grupo social e contribui para que a criança já chegue à escola com ideias preconcebidas do que é masculino e feminino. As brincadeiras, por exemplo, são bastante diferentes para meninos e meninas e isso determina o que é adequado e inadequado para cada gênero.

Sobre essa questão da diferenciação de gênero, Torres (2009, p. 91) enfatiza que:

Percebe-se como a educação das meninas é diferenciada dos meninos, apontando desse modo para uma relação diferenciada de oportunidades e direitos, ou seja, o modo como a educação é dada aos homens e mulheres, vai marcando os *loci* sociais que eles/elas deverão aprender.

Os docentes, por sua vez, propagam a diferenciação de gênero por terem aprendido as mesmas concepções entre masculino e feminino que, por vezes, determinam as condições sexistas que colocam a mulher à margem do valor dado ao gênero masculino. Porém, na atualidade, os educadores devem tomar como base de intervenção pedagógica acerca da determinação de papéis entre os gêneros, uma atitude que evite que essa ideia seja disseminada.

Dessa maneira, a escola tem seguido o que preconiza os PCN's acerca da inclusão dessa temática no currículo escolar, justificando que já há algum tempo a questão de gênero e sexualidade vem sendo discutida pelo processo educativo brasileiro e essa discussão deve ser feita, também, durante a implantação do Projeto Político Pedagógico da escola. Vejamos o que consta nos PCN's do Ensino Fundamental (BRASIL, 2002, p. 297) sobre essa questão:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto político pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade.

A partir disso, verifica-se que os professores e professoras devem discutir a questão de gênero e sexualidade entre si e durante a formação pedagógica no intuito de encontrar a melhor forma de trabalhar esse tema com as alunas e alunos da Educação Infantil, sobretudo pelo fato de que a infância é um período crucial para o desenvolvimento da criança. Os educadores não devem desconsiderar o papel que desempenham na subjetividade de seus alunos e, por essa razão, precisam tomar atitudes responsáveis quanto à obrigação de tratar da questão de gênero e sexualidade no espaço escolar desde as fases iniciais de aprendizagem.

Para Souza (2005, p. 10):

Dentro da perspectiva dos Estudos Culturais, cabe às professoras e professores ultrapassar seus papéis de meros transmissores/as de informação, uma vez que elas/es são produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas.

Dessa forma, fica evidente que a escola não pode fugir à responsabilidade de trazer para os debates as diferentes visões sobre determinado assunto, a diversidade de crença e de valores que existem na sociedade na qual a escola está inserida. Em relação à discussão da temática gênero e sexualidade, o trabalho com os alunos precisa ser feito da forma mais natural possível, de modo que os educadores/as estabeleçam um vínculo de confiança com os alunos/as para que a abordagem de um assunto dessa ordem não ocorra de maneira invasiva e fira a sensibilidade da criança (BRASIL, 2002).

Apesar dessa possibilidade em trazer para o espaço da Educação Infantil a questão de gênero e sexualidade, Altmann (2012) diz que há uma tendência a silenciar esse tema, sobretudo, em relação à educação de crianças pequenas. Portanto, essa é uma situação conflituosa para os educadores/as que se veem diante de antagonismos a serem superados. O autor citado enfatiza que há uma tendência por parte da escola em se esquivar de falar sobre sexualidade.

Dessa forma, Altmann (2012, p. 3) informa que:

A estratégia de evitar que a sexualidade apareça na escola é recorrente, demonstrando, por um lado, a crença de que sexualidade não diz respeito à infância e, por outro, a dificuldade de agir perante essas situações.

Desse modo, os educadores(as) devem se preparar para abordar essa questão que encerra tantos tabus em torno da sexualidade no período infantil. Mas, a escola tem a função de problematizar essa questão durante o processo educativo de seus alunos, sempre considerando o respeito às diferenças individuais e a tudo o que pode ser compartilhado de forma coletiva.

É o que recomenda os PCN's – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 2002, p. 299) na seguinte citação:

As diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal.

A partir do exposto, conclui-se esse tópico com a afirmativa de que a escola tem a cumprir a delicada tarefa de incluir as questões de gênero e sexualidade no currículo da Educação Básica. Para tanto, deve capacitar os professores/as para realizar essa função de forma natural e que traga resultados satisfatórios para o desenvolvimento infantil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é indispensável que os educadores reflitam a maneira como produzem, conduzem, pensam, falam, agem e vivem a realidade diversa e complexa que envolve os sujeitos da educação. Bem como, considerando sua contribuição como profissional da educação na formação de uma sociedade justa e igualitária. Observa-se, além disso, a importância dos/as educadores/as aprofundarem-se sobre a referida demanda, pois cientes de que o processo de ensino aprendizagem é muito profundo e necessita um preparo prévio do profissional da educação. Tal atitude nos deixa ainda mais atentos para a necessidade de o educador internalizar a sua função social no tratamento pedagógico de questões de gênero e diversidade sexual na escola.

Em relação ao papel do Estado, fica clara a necessidade de formação continuada para os profissionais da área de educação a respeito dos assuntos/tópicos que abrangem os direitos humanos, sexuais, reprodutivos e preferencialmente o de acesso e permanência na educação; sem diferenciar os sujeitos, garantindo a igualdade entre todos, independentemente de suas classes sociais, religiões, etnias, e/ou orientações sexuais.

O tema aqui discutido auxiliou-nos para a reflexão e compreensão de que a instituição de ensino é um espaço de ampliação do saber e que somente por meio de aprofundamento teórico-metodológico o educador/a irá adquirir condições essenciais para executá-la numa abordagem contemporânea. Nesse sentido, aos profissionais da educação necessitam ter acesso à aperfeiçoamento contínuo por meio de encontros como: congressos e reuniões, que resultem em reflexões e entendimentos levando-os a encarar os obstáculos relacionados às questões de gênero e diversidade sexual, tornando cada vez mais habituais, as discussões como meio de colaboração para a edificação de uma sociedade liberta de preconceitos e discriminação.

A inclusão da Sexualidade como um tema transversal apresentado pelos PCNs” pode ser considerada um avanço na educação, uma vez que, o desenvolvimento da criança não pode acontecer sem que sua sexualidade seja considerada. A orientação dada pelos PCN's em relação à abordagem dessa questão tem relação com o fato de que a sexualidade é uma condição humana que

está presente na vida dos indivíduos desde o nascimento. Portanto, crianças que frequentam a Educação Infantil não devem está isentas de passar pela problematização desse tema no período em que estão na escola.

Há, ainda, a recomendação dos PCN'S de que a escola deve abandonar a ideia de que por ser a sexualidade um tema delicado e cercado de tabus, deve ser responsabilidade da família. De certo, essa é também uma questão que diz respeito à escola, sobretudo pelo fato de que as situações de gênero fazem parte da aprendizagem sociocultural a que os indivíduos são submetidos pelos diversos segmentos sociais e a escola deve estar preparada para formar cidadãos conscientes de sua condição como parte de um sistema social que deve ser igualitário e justo.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2012.

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. 138 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia Geral**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 7, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclo do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclo do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNANDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporabilidade e da aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 1994.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3, set/dez. 2003.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Corpo, gênero e sexualidade na educação infantil. **Reflexão e ação**, v. 16, n. 1, 2008.

GROSSI, Mirian Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <[http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf)> Acesso em: 14 mar. 2014.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino / feminino**: pensar a diferença. Paris: Odile Jacob, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Porto Alegre, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, may/aug, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. 34. ed. São Paulo: FCC, 2002.

MEIRELLES, João Alfredo B. Os ETs e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, Julio G. (Org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 71-87.

PRAUM, Andrea Gonçalves. Sexualidade gênero e suas relações de poder. **Revista Húmmus**, n. 1, jan./abr. 2011.

PROCÓPIO, Nêmora Matos Carvalho. Relações de Gênero no Âmbito Escolar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - OS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM, 5., 2004. **Anais...** São Luis: Educare, 2004.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. Rio Grande: FURG, 2007.

RIBEIRO, Paulo. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 2002.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 149-160.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio G (Org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. Ed. São Paulo: Summus, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, Jane Felipe de. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., Florianópolis, 2005. **Anais...** Florianópolis, 2005.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e feminilidade** (apresentações de gênero). Porto Alegre: Artmed, 1993.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1993.